

Deliberação n.º 07/2024/PL

Regulamento Específico da área temática Ação Climática e Sustentabilidade para o período de programação 2021-2027

O regime jurídico aplicável aos programas financiados pelos fundos europeus no âmbito do Portugal 2030 é constituído pelo Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que define o modelo de governação para o período de programação 2021-2027, e pelo Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030, bem como pelos regulamentos específicos, a desenvolver por área temática, e que estabelecem o conjunto de regras aplicáveis aos respetivos instrumentos de apoio.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, compete à Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030 Plenária aprovar a referida regulamentação específica, proposta pelas autoridades de gestão e elaborada conjuntamente por estas e pelo órgão de coordenação técnica.

Assim, a Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030 – CIC Portugal 2030 Plenária delibera, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 9.º do citado Decreto Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, sob proposta das autoridades de gestão do programa temático Ação Climática e Sustentabilidade e dos programas regionais do continente e após elaboração conjunta com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., aprovar o “Regulamento Específico da área temática Ação Climática e Sustentabilidade para o período de programação 2021-2027”, que consta do anexo à presente deliberação e que dela faz parte integrante.

CIC Portugal 2030, 22 de março de 2024

A Ministra da Presidência

(Mariana Vieira da Silva)